



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA DA SILVA DOS SANTOS

A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: situações de conflitos entre
crianças de 4 a 5 anos

ARARANGUÁ – SC
2014

LUCIANA DA SILVA DOS SANTOS

A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: situações de conflitos entre
crianças de 4 a 5 anos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil pela Universidade Federal de Santa Catarina, com requisito para obtenção de título de Especialista em Educação Infantil.

Orientadora: Dra. Regina Ingrid Bragagnolo

Araranguá, 2014

LUCIANA DA SILVA DOS SANTOS

A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: situações de conflitos entre
crianças de 4 a 5 anos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil pela Universidade Federal de Santa Catarina, com requisito para obtenção de título de Especialista em Educação Infantil.

Araranguá, 13 de dezembro de 2014.

Professora e Orientadora Dra. Regina Ingrid Bragagnolo.
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor/a
Universidade Federal de Santa Catarina

Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho, de uma maneira especial, aos meus amores, Elias e Henrique Ripplinger, que novamente me esperaram e, de certa forma, me incentivaram, contribuindo para que eu conseguisse continuar nessa caminhada em busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo dom da vida.

À minha família, pelo amor e pelo incentivo que me ofereceram como suporte na caminhada.

Aos professores/as da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas amizades e pelos ensinamentos construídos ao longo do curso.

À Dr. Regina Ingrid Bragagnolo, orientadora deste trabalho, pelo apoio, pela compreensão, enriquecendo meus dias com seu saber e a ternura que me dedicou desde o início desta pesquisa.

Às crianças do Pré II, à escola pesquisada, e aos/às funcionários/as por sua solidariedade e colaboração.

Toda pessoa nasce com um potencial e tem direito a desenvolvê-lo. Para desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidades. O que uma pessoa se torna ao longo de sua vida depende de duas coisas: as oportunidades que têm e a escolhas que fazem. Além de terem oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazerem escolhas. (Paradigmas de desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento).

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema “A mediação do professor na educação infantil: situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos”. Foi realizada em uma escola privada, no município de Araranguá-SC. Buscou-se investigar o modo como o/a professor/a media situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos. Teve como objetivo geral analisar a forma como o professor media situações de conflitos na educação infantil com crianças de 4 a 5 anos. A pesquisa classifica-se como qualitativa, do tipo exploratória, com característica de campo bibliográfica. Utilizou-se, para tanto, uma amostra simples e intencional. Os sujeitos pesquisados foram (01) professor/a titular e (01) professor/a assistente. Os recursos metodológicos para a realização da coleta de dados foram um questionário com perguntas abertas e a realização de uma observação da prática pedagógica dos/as professores/as. Os dados foram registrados em diário de campo e, em seguida, analisados. Os dados desta pesquisa permitiram, portanto, a elaboração deste estudo, que tem como referencial em teóricos pautado nas discussões vygotskianas, documentos legais, e autores/as contemporâneos. As narrativas dos/as professores/as e as observações de campo sugerem inúmeras questões para o debate na área, dentre os quais é possível pensar que as instituições de educação infantil são espaços privilegiados para a aprendizagem na resolução de conflitos, e as interações sociais permitem que as crianças vivenciem e experienciem diferentes modos de se relacionarem com as diferenças e os conflitos decorrentes dessa relação.

Palavras-chave: Mediação. Autonomia. Crianças. Conflitos. Aprendizagem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
1.1 Tema	02
1.2 Delimitação do Tema.....	02
1.3 Problema.....	02
1.4 Justificativa	06
1.5 Objetivos gerais.....	07
1.6 Objetivos específicos.....	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
2.1 Cuidar ou Educar?	08
2.2 Mediar autonomia nas crianças	10
2.3 Conceituando mediação dentro de uma perspectiva histórico cultural	12
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 Caracterização	15
3.2 Procedimento de coleta de dados	16
3.3 Análise e discussão dos dados	19
4 CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE A	34

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se no âmbito da educação infantil que situações de conflitos existem e que muitas vezes, professores/as sentem-se indecisos ao fazerem as mediações. Deste modo escolheu-se como tema de pesquisa a mediação do professor/a na educação infantil: situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos, buscando um maior entendimento de como o/a professor/a faz mediações, gerando dessa forma, a aprendizagem para uma melhor convivência em grupo.

A problemática surgiu por meio de observações feitas, pois muitas vezes, o/a professor/a, ao intervir na resolução dos conflitos, procura resolvê-los o mais rápido possível para que o problema não torne a acontecer. Por este motivo, traçou-se como problema para esta pesquisa: De que forma o/a professor/a media situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos?

Para dar conta do que se propôs, traçou-se como objetivo geral analisar como o/a professor/a media situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos.

Para estabelecer uma linha de estudos, determinaram-se objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- a) Compreender o conceito de mediação a partir de uma perspectiva teórica Histórico-Cultural;
- b) Identificar o conceito de conflito para os/as professores/as da educação infantil;
- c) Observar as situações de resolução dos conflitos que acontecem na educação infantil.

Na intenção de alcançar os objetivos traçados, foram definidas as seguintes questões norteadoras: Qual o conceito de mediação dentro de uma perspectiva teórica Histórica Cultural? Quais as estratégias utilizadas pelo/a professor/a para diminuir os conflitos que acontecem na instituição de educação infantil? Quem resolve os conflitos que acontecem na instituição de educação infantil? A resolução dos conflitos que acontecem na educação infantil gera aprendizagem para as crianças?

Para responder as questões norteadoras desta pesquisa primeiramente buscou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, referencial teórico para dar suporte para a compreensão da temática proposta. Assim, tem-se como referencial a Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2008), Prestes (2013), Vinha (2000), entre outros.

A presente pesquisa estruturou-se em três momentos. No primeiro apresentou-se o referencial teórico, em que constam os temas: Cuidar ou Educar?; Mediar autonomia nas crianças e Conceituando mediação dentro de uma perspectiva histórico cultural.

No segundo momento, abordaram-se procedimentos metodológicos, realizou-se a pesquisa por meio: da observação da prática pedagógica do/a professor/a de uma turma do Pré II com crianças de 4 a 5 anos de idade, e a entrega de um questionário com perguntas abertas em uma escola privada no município de Araranguá-SC.

No terceiro momento apresentaram-se a análise e a discussão de dados, à luz do referencial teórico adotado, que foram divididas em duas categorias, seguidas das considerações finais, das referências, e apêndices.

1.1 Tema

A mediação do professor/a na Educação infantil: situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos.

1.2 Delimitação do tema

A mediação do professor/a em situações de conflito entre crianças de 4 a 5 anos de uma instituição de educação Infantil privada.

1.3 Problema

Percebemos no âmbito da educação infantil que situações de conflitos existem e muitos professores/as sentem-se indecisos ao fazer as mediações. Deste modo, escolheu-se como tema de pesquisa a mediação do professor/a em situações de conflito entre crianças de 4 a 5 anos de uma instituição de educação infantil privada, buscando um maior entendimento de como o/a professor/a pode mediar essas situações, gerando dessa forma, a aprendizagem para uma melhor convivência em grupo.

A problemática surgiu por meio de observações feitas nas Instituições Educativas, pois muitas vezes, o/a professor/a ao fazer a mediação na resolução dos conflitos tenta resolver a situação o mais rápido possível para que o problema não torne a voltar, muitas

vezes, transferindo a responsabilidade na resolução do problema ou estabelecendo regras sem uma reflexão a respeito. Como por exemplo: duas meninas entram em conflito por uma boneca e começam a disputar o mesmo brinquedo, até que uma delas dá um chute na outra, pega a boneca e sai correndo. O que o/a professor/a pode fazer para orientar as crianças neste momento? Qual a melhor forma de mediar este conflito?

Segundo Ferreira (2009, p.130) o conceito de conflito é caracterizado por: Luta, Combate; Guerra; Enfrentamento; Oposição entre duas ou mais partes; Desavença entre pessoas, grupos e Divergência, Discordância de ideias, de opiniões.

No cotidiano escolar, são comuns situações de conflitos envolvendo crianças e professores/as. Muitos consideram os conflitos como algo antinatural, pois as divergências, as brigas e a desarmonia não combinam com o ambiente escolar. No entanto, estudiosos afirmam que o conflito pode ser entendido como uma forma de aprendizagem para as crianças, inerente à condição humana.

Já Chrispino (2002, p.15), define da seguinte forma:

Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos. São exemplos de conflito interpessoal: a briga de vizinhos, a separação familiar, a guerra e o desentendimento entre alunos.

Para Vinha (2000, p. 152), “o conflito está sempre presente, o que obriga o educador a trabalhar, a cada momento, com todas as turbulências do dia a dia, localizando as formas através das quais elas se compõem em relação aos limites e as coerções da instituição”. Entre diversos estudiosos que definem conflito, Chrispino e Santos (2011, p.65), colaboram na definição:

Se a teoria sobre a mediação ilumina, a prática a consagra. Podemos dizer que a parte mais teórica se refere à definição, ao surgimento ao desenvolvimento do conflito. Este ponto deve ser estudado como fenômeno inerente à vida humana, que pode redundar em resultados positivos ou negativos, de acordo com a maneira como é conduzido. Os aspectos práticos dizem respeito mais à capacidade de dominar técnicas que auxiliem a entender quando uma situação de conflito se instala e que alternativa de negociação ou mediação é possível.

Pode-se afirmar, então, que esta é uma atividade complexa e contínua e que o professor/a enfrentará sempre na sala de aula, pois os conflitos sempre existiram e existirão. Entende-se que essas conquistas não acontecem de uma hora para outra, mas, sim, são resultantes de um processo contínuo e permanente.

Vinha (2000, p.153) ressalta, ainda, que: “O professor/a não deve esperar uma classe de crianças silenciosas, comportadas, e nem mesmo que aspectos inerentes à personalidade de uma determinada criança, como ser mais nervoso, impressionável ou irritadiço, transformem-se de uma hora para outra”.

Já Galvão (1995, p.105) colabora e afirma que: “O exercício de reflexão e avaliação que o professor/a faça das situações de dificuldade, buscando compreender seus motivos e identificar suas próprias reações [...], já é por si só, um fator que tende a provocar a redução da atmosfera emocional”.

Na Educação Infantil, temos como prática pedagógica o exercício da documentação de registros, para que o/a professor/a tenha condições de visualizar as situações conflituosas com mais responsabilidade e objetividade, para agir de maneira adequada e encontrar meios para mediá-las, pois os adultos tendem a controlar mais suas emoções.

Vinha (2000, p.350), apresenta que: “o papel dos conflitos interpessoais são como facilitadores do conflito interno pelo qual um indivíduo começa a levar em conta outros pontos de vista”. Percebe-se que a resolução dos conflitos está subjacente às mudanças no desenvolvimento da criança, envolvendo o reconhecimento e a descoberta de como harmonizar esses outros “pontos de vista”, pois são positivos e as crianças convivem com essa troca por meio da socialização. No que diz respeito a definição de socialização, destaco a seguir:

Um processo em que os indivíduos apreendem, elaboram e assumem normas e valores da sociedade em que vivem, por meio da interação com o meio mais próximo, principalmente com sua familiar de origem, tornando-se, assim, membros de uma sociedade. (PINTO, 1997, p.45)

Para esse autor a socialização é um processo ativo, já que envolve a participação dinâmica dos indivíduos na aquisição de normas e valores que permeiam a sociedade. Já Borba (2005), aponta que “os indivíduos elaboram suas condutas de acordo com suas experiências através das interações com os demais, bem como com as instituições, como a família, escola, religião”. Para tanto, percebe-se que a socialização não é apenas um processo de inserção, mas sim um contínuo processo de reelaboração de suas condutas.

Ainda referindo-se ao processo de interação e socialização da criança, Mollo-Bouvier (2005) ressalta que a socialização é um processo contínuo, não linear, ou seja, pautado por crises, “de ajuste constante de um sujeito a si mesmo, ao outro e a seu ambiente social”.

Em contrapartida, a concepção interacionista de socialização sugere que se leve em conta a criança como sujeito social, participante de sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade. (SANTOS, 2009).

Para tanto, o conflito também pode existir na socialização, pois a criança ao interagir com outra, ora para chamar atenção do outro, ora para entrar na brincadeira, através dos quais observo inúmeras estratégias: empurrar o colega, pegar o brinquedo sem pedir e sai correndo, ou até mesmo desfazer o bolo de areia do amigo causando um conflito. Esses modos de interações, mesmo que muitas das vezes, vistos de fora como conflituosos, por ter aparentemente a disputa de brinquedos e desconfortos expressos pelo choro, permitem que as crianças tenham que apreender a lidar com as negociações. No entanto, na Instituição de Educação Infantil a criança vai ter outras oportunidades de socialização e interação com outro sujeito. O que pretendo esclarecer aqui é que são modos de opções comportamentais das crianças, que podem ser consideradas linguagem ou mesmo um modo de comunicar-se nas brincadeiras.

E este é um dos papéis da escola e da atuação do profissional da Educação, propiciar, no contexto escolar, atividades de interações entre os diferentes sujeitos com finalidade de promoção social e educativa. Isto porque, as características individuais e essencialmente humanas, como forma de pensar, agir, sentir, entre outras, estão relacionadas e dependem, sistematicamente, da interação do ser humano com o meio físico e social ao qual pertence. (BORBA, 2005, p. 6).

Desta maneira, entende-se que a existência de interações de ordem psíquica ou social, é fundamental para o desenvolvimento humano. Por conseguinte, Leonardi (2008, p.21) afirma que “Os conflitos não podem ser vistos como situações prejudiciais ou nocivas, mas como excelentes oportunidades para que sejam trabalhados valores, regras, princípios, sentimentos, etc.”. De acordo com a autora, o/a professor/a mediador precisa ser hábil para lidar com os conflitos, tendo um compromisso de educar moralmente as crianças, priorizando o estabelecimento de relações sociais baseadas no respeito mútuo e na cooperação de toda comunidade escolar.

Segundo adaptação de Chrispino (2002) *apud* Redorta (2004, p. 33), grandes exemplos de conflito nos conhecidos movimentos de rompimento de paradigmas:

AUTOR	TIPO DE CONFLITO	PROCESSO RESULTANTE	SÍNTESE
Freud	Conflito entre o desejo e a proibição	Repressão e defesa	Luta pelo dever
Darwin	Conflito entre o sujeito e o meio	Diferenciação e adaptação	Luta por existir
Marx	Conflito entre classes sociais	Estratificação social hierarquia	Luta pela igualdade
Piaget	Conflito nas decisões e experiências	Aprendizagem Resolução de problemas	Luta por ser

O que se pode concluir é que se faz necessário esclarecer que existem diferentes compreensões sobre os conflitos, pois dependendo da concepção, será também ação do professor/a. Percebe-se, entanto, que este é o desafio lançado para os professores, no sentido de ampliarem seu olhar sobre as interações sociais, percebendo que seu papel vai além de ser um mero transmissor de conhecimentos.

Partindo dos questionamentos presentes na prática pedagógica, tenho observado situações de disputa de brinquedos, empurrões para ocupar o primeiro lugar na fila, agressões físicas por desentendimentos, partindo destas situações, surgiu então o interesse de pesquisar mais sobre o tema para verificar se há um entendimento na educação infantil que as situações de resolução dos conflitos podem gerar a aprendizagem para a convivência nos diferentes grupos sociais e serem mediadas da melhor forma possível.

Por este motivo traçou-se como problema para este projeto de pesquisa, qual a forma que o professor/a de educação infantil media situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos de uma escola de educação infantil privada.

1.4 Justificativa

Durante a realização dos estágios supervisionados na graduação, e no decorrer da experiência profissional da própria pesquisadora, perceberam-se nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições observadas objetivos que indicavam a necessidade das crianças desenvolverem a capacidade autônoma de decidir, de criar, de questionar, de saber quando devem avançar e quando devem parar. Explicitaram também, que o papel do/a professor/a é o de mediador, ou seja, tem a responsabilidade de colaborar na construção dos conhecimentos das crianças e ajudá-los no desenvolvimento da sua autonomia, tendo assim condições básicas de lidar com riscos, desafios, incertezas e conflitos.

Desse modo, esta pesquisa torna-se importante para que o/a professor/a possa através da sistematização das experiências educativas reavaliar as normas e regras estabelecidas pela escola refletir sobre como mediar situações de conflito, considerando a prática do cotidiano:

O exercício de registrar o cotidiano vivido com um grupo de crianças é uma aprendizagem e um grande desafio, principalmente porque o educador, para tanto, precisa necessariamente observar ações, reações, interações, proposições não só de crianças, mas suas também. (OSTETTO, 2008, p.21).

Portanto, registrar é aprender, é pessoal, não existe uma técnica, não precisamos prestar contas, ao contrário o registro, a observação, reflexão, avaliação e documentação nos permite refletir intencionalmente sobre a nossa própria prática pedagógica. No registro que o/a professor/a vai perceber os principais motivos dos conflitos, auxiliando na reflexão dos acontecimentos do cotidiano, pois indaga o “por que” que permite determinado/a aluno/a entra sempre na disputa com os colegas, assim como na percepção daquele/a que sempre cede nas disputas e como o/a professor/a poderá mediar e reavaliar sua prática.

1.5 Objetivos gerais

Analisar como o/a professor/a media situações de conflito na educação infantil com crianças de 4 a 5 anos.

1.6 Objetivos específicos

- a) Compreender o conceito de mediação a partir de uma perspectiva teórica Histórico Cultural;
- b) Identificar o conceito de conflito para os/as professores/as da educação infantil;
- c) Observar as situações de resolução dos conflitos que acontecem na educação infantil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Cuidar ou educar?

Mesmo com toda a importância que o registro tem, muitos/as professores/as ainda não utilizam essa prática e se perguntam se o dever deles com a educação infantil é de cuidar ou educar? O que fazer?

Para tanto, relembrando um pouco da história, a Constituição de 1988 afirma a Educação Infantil como direito da criança, dever do Estado e opção da família. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394) incluiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, e recompondo um desafio de articulação com o ensino fundamental.

Na realidade acontecia uma experiência nova para o sistema educacional brasileiro que acolheria crianças e bebês, assim então assumindo a relação entre cuidar e educar. Cuidar no sentido de dar atenção, respeitar seu crescimento e desenvolvimento, cuidar no sentido de criar um vínculo entre crianças e professores/as. O educar é a união à prática docente, no que se refere ao sistema educacional. Com relação à primeira etapa da Educação Básica, denominada na atual LDBEN como Educação Infantil, o documento aborda a educação com a finalidade de desenvolver o educando em sua formação pessoal e social, para o exercício da cidadania. Kuhlman Júnior (1998, p.97), ao criticar a concepção assistencialista de educação:

[...] Se a creche passa a fazer parte do sistema educacional do país, ela deixa de ser apresentada como alternativa para os pobres incapazes, para ser posta como complementar a ação da família, tornando-se uma instituição legítima e não um simples paliativo.

O conjunto que leva a preparação da legislação a partir das políticas delineadas, e o que definem sobre infância e educação, muitas vezes propaga as contradições da sociedade. Já Kramer (2003, p.84), aponta que:

“Algumas distorções são geradas quando se considera educar e cuidar ou educar/cuidar como duas expressões necessárias que se adicionam. Por sua origem etimológica e histórica que justamente contem ideias correlatas como nutrir, educar, instruir, ensinar, o termo educar daria conta de assumir o que é próprio da educação infantil, englobando as duas dimensões, tendo vista que não é possível educar sem cuidar”

Ou seja, a tendência das duas lógicas deu início a várias formas de atendimento, ora com predomínio assistencial, ora de uma mais educacional. Sendo que a ausência de consenso e a falta de clareza do perfil profissional, deve-se tanto a origem e o desenvolvimento das instituições de Educação Infantil.

Portanto, essa docência precisa compreender que a função da educação é trabalhar as diferentes linguagens, a linguagem tem um lugar central no desenvolvimento dos núcleos de ação pedagógica.

Percebi através dos estudos realizados durante o curso de especialização em Educação Infantil, que nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil Nacional relativas às propostas pedagógicas e seus fundamentos, expressos em caráter mandatório, trás explícito que devemos respeitar os seguintes eixos norteadores: Princípios Éticos, Políticos e Estéticos.(BRASIL, 2009) .

Bem como valorizar a natureza, as relações sociais e culturais nos seus vários contextos. Tendo seus três eixos principais: Brincadeiras, Interações e diferentes linguagens.

E para a realização desta pesquisa referente aos princípios éticos, a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio e às diferentes culturas, identidades e singularidades se encaixa perfeitamente com o tema estudado. Sendo assim, cabe às instituições de Educação Infantil: a) assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas; b) valorizar suas produções, individuais e coletivas; c) apoiar a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários; d) proporcionar as crianças oportunidades para:

- Ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias trazidas por diferentes tradições culturais;
- Construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos, que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas;
- Aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- Adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente;

- Respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais. (BRASIL, 2009).

Sendo assim, o atendimento das crianças nas Instituições Educativas, não deve limitar-se apenas aos cuidados físicos, embora necessários, carecemos criar um ambiente que proporcione oportunidades para as crianças. Para que as mesmas, brinquem, interagem e se desenvolvam com o auxílio do professor/a mediador, para que o mesmo auxilie a desenvolver sua autonomia. Assunto que será discutido no próximo capítulo.

2.2 Mediar autonomia nas crianças

Para tanto, apresentar o conceito de autonomia remete, primeiramente, a Freire (2006, p.2), que propôs uma pedagogia da autonomia fundada na ética universal do ser humano, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando, que diz:

Como os demais saberes, este demanda do educador um exercício permanente. É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando .

No entendimento deste pensador, a autonomia acontece por meio da conquista e é resultante de uma construção a partir de vivências que oportunizem a tomada de decisões e da experimentação da própria liberdade. Ele afirma que ninguém nasce autônomo, mas que cada um vai construindo sua autonomia por meio das relações interpessoais que ocorrem todo tempo, na complexidade que norteia a vida do ser humano.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), nos remete que devemos garantir experiências que: “possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.35), também “pressupõe uma relação com os outros”. Não existe a autonomia pura, como se fosse uma capacidade absoluta de um sujeito isolado. “Nesse sentido, trata-se da perspectiva da construção de relações de autonomia”. Dessa forma, a autonomia se constrói e se transforma no processo de diálogo com os outros, para que a criança possa conviver na sociedade.

Referente ao conceito de autonomia, também consta, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.35), que “só é possível realizá-la como processo coletivo que implica relações de poder não-autoritárias”. Seguindo esta linha de pensamento, a autora Vinha (1999, p.23) colabora para o entendimento do conceito de autonomia quando afirma que:

Autoritário é o que o adulto faz pela criança que ela pode fazer por si mesma. Autoritário é quando o professor está ensinando ou instruindo algo que a criança pode descobrir ou reinventar a partir de situações que ele vai colocando, para que ela reinvente, para que ela descubra. Autoritário, é aquele professor que coloca as normas, que diz o que é melhor para a criança. É o professor que não permite que as crianças interajam que elas troquem ideias. Autoritário é o professor que entrega o trabalho na mão, recolhe o trabalho, resolve os problemas, entrega o material, diz o horário de começar, de ir ao banheiro etc.

Toda esta apresentação leva a inferir que para um melhor desenvolvimento da autonomia da criança, a convivência é fundamental. Entretanto, se a criança interagir em um ambiente autoritário, em que não tenha oportunidades de fazer suas escolhas, poderá ter dificuldades de tomar decisões futuramente, o que a fará sentir-se insegura. Já, em ambientes democráticos, há mais possibilidades de acontecer o contrário - a criança terá mais oportunidades de tomar decisões e fazer escolhas entre as opções oferecidas pelos adultos. Aqui, faz-se necessário ressaltar que essas escolhas serão feitas a partir das especificidades das crianças.

Neste sentido, precisam-se reconhecer as especificidades da educação infantil como primeira etapa da educação básica, cuja função é sustentada no respeito aos direitos das crianças e a garantia de uma formação integral orientada. Além das indicações postas é importante ressaltar que a ação da família é importante neste processo. Segundo Wiggers, (2012, p.106):

Desta maneira, as práticas pedagógicas estruturadas no cotidiano da creche e da pré-escola precisam tomar, como suas, determinações legais e orientações oficiais, aliadas aos conhecimentos produzidos pelas pesquisas na área, bem como pressupostos e fundamentos teóricos advindos da filosofia, antropologia, sociologia e psicologia, entre os quais se destacam os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural.

Assim, ao mesmo tempo em que o ser humano modifica o seu meio, ele modifica a si mesmo e conseqüentemente a humanização acontece por meio de trocas entre o sujeito e o

meio, influenciando um sobre o outro. Para tanto, faz-se necessário descrever no próximo capítulo o conceito de mediação dentro da perspectiva teórica histórico-cultural.

2.3 Conceituando mediação dentro de uma perspectiva histórico cultural

Muito se tem discutido, ao longo do Curso Especialização, assim como, também, nas escolas, que a função do/a professor/a é a de mediar o processo ensino e aprendizagem. Este conceito, muitas vezes, faz parte do discurso de muitos profissionais da educação e o que se tem percebido é que, na prática, ainda há uma postura vertical em relação às crianças, ou seja, o/a professor/a ocupando a posição de detentor do saber. Percebeu-se, então, a necessidade de se apresentar alguns aspectos deste conceito, visto que se acredita efetivamente que o papel do/a professor/a é o de mediador/a, não único, das interações que se estabelecem no espaço escolar.

Fez-se a opção de, neste Trabalho de Conclusão de Curso, discutir o conceito de mediação na perspectiva da Teoria Histórico Cultural - denominação usualmente dada à corrente psicológica que explica o desenvolvimento da mente humana com base nos princípios do materialismo dialético, cujo fundador é Lev Semenovich Vygotsky e tem como objetivo central:

Caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana e como se desenvolvem durante a vida do indivíduo. (REGO, 1997, p. 38).

Assim, ao mesmo tempo em que o ser humano modifica o seu meio, ele modifica a si mesmo. A humanização acontece por meio de trocas mútuas entre o indivíduo e o meio, influenciando um sobre o outro. Oliveira (1992), estudiosa da Teoria de Vygotsky, apresenta como o processo de humanização acontece por meio da interação entre o sujeito e o meio em que vive, modificando e sendo modificado por ele nas experiências vividas no seu contexto.

O sócio-histórico para Vygotsky, entretanto, não é sinônimo de “coletivo” ou de “sistema social”, no sentido de uma força opressora que se impõe monoliticamente ao indivíduo. É pensado, isso sim, como processo, onde o mundo cultural, em seus múltiplos recortes macroscópicos e microscópicos, apresenta-se ao sujeito como *o outro*,

a referência externa que permite ao ser humano constituir-se como tal. (OLIVEIRA, 1992, p. 67).

A mediação, nesta perspectiva, é entendida, então, como um meio para realizar uma atividade e pode, portanto, ser instrumental - que é aquela que se refere aos usos de instrumentos mediadores materiais na atividade humana, como, por exemplo, os óculos, que nos auxiliam a enxergar. Existem, também, os instrumentos mediadores simbólicos, que são os signos que compõem a linguagem; sendo assim, as palavras auxiliam na comunicação.

A invenção desses elementos mediadores significou o salto evolutivo da espécie humana. Vygotsky esclarece que o uso de instrumentos e dos signos, embora diferentes, estão mutuamente ligados ao longo da espécie humana e do desenvolvimento de cada indivíduo. (REGO, 1997, p. 51).

A mediação social seria, logo, a ação de um indivíduo que auxilia a outros a se adequarem aos instrumentos materiais e simbólicos para atingirem a finalidade das atividades que realizam. Os conhecimentos acumulados são, dessa forma, socialmente aprendidos por meio das relações estabelecidas entre aqueles que sabem e os que não sabem. Aqui, vale ressaltar que existem diferentes tipos de conhecimentos e saberes e que, neste momento, não se está atribuindo escala de valores a eles, apenas mostrando que o ser humano aprende “coisas” que não sabe com outros seres humanos com os quais se relaciona.

Remetidos ao espaço escolar, a mediação pedagógica tem como finalidade levar o sujeito à apropriação dos instrumentos mediadores necessários para realizar as atividades que contribuirão para sua formação humana. Na perspectiva vygotskyana, a escola desempenha um papel importante na formação dos conceitos, possibilitando que o sujeito tenha acesso ao conhecimento científico. O professor é o auxiliador da criança para que a mesma se aproprie desses instrumentos para a realização das atividades.

O conceito utilizado para caracterizar o professor que trabalha com a mediação pedagógica é aquele que possui uma atitude e um comportamento de se colocar como um facilitador, um incentivador ou um motivador da aprendizagem, que, ativamente, colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos. (MOUSINHO, 2010).

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina:

Cabe-nos situar o papel do professor neste contexto como aquele que fará a mediação no acesso ao conhecimento das relações sociais, as quais não se manifestam explicitamente. Para tanto se faz necessário que em sua formação-ação tenham adquirido aguda consciência da realidade e sólida fundamentação teórica que lhes permita interpretar e

direcionar essa realidade, além de suficiente instrumentalização técnica para nela intervir. (SANTA CATARINA, 2008, p.11).

Rego (1997, p.115), por sua vez, afirma que “o papel mediador do professor é de extrema relevância já que o mesmo possibilita as interações entre os alunos com os objetos de conhecimento”. Sendo assim, o professor mediador exerce sua função de organizar e orientar, interferindo no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

O papel do professor muda radicalmente, pois o coloca além do centro do processo, como aquele que ensina enquanto as crianças aprendem passivamente; e além da postura de aguardar que as crianças digam o que, como e quando querem aprender. Ao contrário, de acordo com a perspectiva aqui defendida, o professor torna-se o agente mediador do processo de ensino-aprendizagem, propondo desafios às crianças a orientando-as a resolvê-los. Assim, por meio de intervenções, o professor pode contribuir para o fortalecimento de funções que ainda não estão consolidadas, e para o desenvolvimento de outras. (SILVA e LUCAS, 2003 p. 131).

Pode-se inferir, então, que promover interações é muito mais que aproximar as crianças no espaço físico da sala de aula, pois a disposição das carteiras e cadeiras é apenas uma condição que pode facilitar o processo. Muito mais do que a organização do ambiente, é imprescindível que o professor conheça as premissas básicas da teoria histórico cultural sobre o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, promovendo interações e a mediação do conhecimento.

Monteiro (1995, p. 25) colabora, nesse sentido, ao afirmar que a “aprendizagem se concretiza a partir da orientação”. Este processo de orientação por parte do professor é fundamental, pois garantirá à criança atuar com segurança nas situações que enfrentará para chegar ao resultado desejado.

Mediar seria, portanto, auxiliar naquilo em que o outro com quem se estabelece interações não sabe, mas que, com ajuda, poderá vir a realizar sozinho. Vygotsky coloca que o papel do mediador é o de agir na Zona de Desenvolvimento Iminente, para atingir a Zona de Desenvolvimento Potencial, ou seja, aquilo que o sujeito terá condições de realizar se receber auxílio, chamada de Zona de Desenvolvimento Real.

Segundo a estudiosa Prestes (2013, p.299), vale destacar:

“ [...] É importante esclarecer e registrar que a mudança proposta de *proximal*, *próximo* ou *mediato* para *iminente* não é, como tem aparecido em algumas produções teóricas brasileiras mais recentes, apenas uma alteração de palavra, mas implica uma mudança importante para a compreensão do conceito que ainda hoje é alvo de debates e estudos no mundo inteiro. As palavras *proximal*, *próximo* ou *mediato* não transmitem a característica essencial do conceito que é a da *possibilidade de desenvolvimento*”.

No entanto, o papel do professor é reconhecer os processos de constituição pelas crianças, como seres humanos, sujeitos de direitos, que pertencem a diferentes contextos sociais e culturais, e tendo como ferramentas da ação: a observação permanente e sistemática, o registro e a documentação como forma de avaliar o proposto, conhecer o vivido e replanejar.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização

Este capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado na realização da pesquisa, que para um (a) pesquisador (a) não é tarefa fácil. Para tanto, fui buscar no cotidiano escolar, reflexões, questionamentos e caminhos. A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois, segundo Gil (2002, p.41), “tem como o objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema”. Possibilitou-se aprimorar ideias e ter novas percepções sobre o tema, a partir do levantamento bibliográfico como pesquisa em livros e artigos e, principalmente, através das entrevistas com profissionais que tiveram experiências com o tema proposto. Sua abordagem é qualitativa porque a pesquisadora teve o intuito de descrever as respostas dos sujeitos pesquisados e analisá-las, não tendo o objetivo de quantificar os dados utilizando-se de métodos estatísticos. Por isso, considerou relevante trabalhar numa perspectiva etnográfica que tem por objetivo observar, descrever e interpretar o que acontece em um determinado lugar.

Assim, foi escolhido um grupo intitulado de Pré II da Educação Infantil, são 16 crianças com faixa etária de 4 a 5 anos, 10 meninas e 06 meninos, todos pertencentes a grupo étnico considerado socialmente como brancos/as e de classe média. Os nomes usados das crianças e das professoras nesta pesquisa foram fictícios. Também contemplou na amostra 01

Professora Titular (34 anos), formada em pedagogia com 07 anos de experiência em sala de aula na instituição pesquisada, e 01 Professora Assistente (26 anos), formada em pedagogia, com 08 anos de experiência como assistente em sala de aula e 03 anos como Professora Titular no turno matutino da mesma instituição de ensino.

3.2 Procedimento de coleta de dados

Para se chegar ao que foi proposto para realização desta pesquisa, primeiramente foi solicitada verbalmente a autorização para a coordenação para que a pesquisadora pudesse realizar a pesquisa na Instituição. No segundo momento, a pesquisadora entregou os questionários com perguntas abertas para as/os professores/as como nome, nível de escolaridade e a trajetória profissional e assim analisar se as respostas do questionário estavam de acordo com a realidade e se encontram no (APÊNDICE A). No terceiro momento os dados coletados do questionário foram transcritos. No quarto momento, a observação foi realizada. O registro dos dados da observação foi transcrito e, por último os dados foram categorizados para uma posterior análise e interpretação.

Logo, escolheu-se a inserção no campo, pois segundo Gil (2002, p.53) “No estudo de campo o pesquisador realiza maior parte do seu trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”. O campo dessa pesquisa foi uma escola privada localizada no município de Araranguá- SC. Neste caso, a população escolhida foi uma instituição particular localizada no município de Araranguá- SC é uma escola religiosa tradicional em que há 54 anos se instalou na cidade. Atualmente possui cerca de 700 alunos incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.

Segundo seu projeto educativo cristão, sua concepção de educação é o processo que constrói e reconstrói a pessoa e a sociedade. Ela procura propiciar o desenvolvimento do educando através dos conhecimentos diversos e suas tecnologias. A partir do Projeto Educativo da instituição de caráter religioso, o/a professor/a desta instituição é considerado um vocacionado e, portanto, comprometido com a educação. Como um “amigo, irmão e pai – amiga, irmã e mãe”. Trilha o caminho da pedagogia do amor não perdendo de vista o objetivo maior: a educação do coração. Onde é responsável por criar vínculos duradouros, sendo referência para as crianças, adolescentes e jovens num mundo marcado pela subjetividade e confusão de valores. (PROJETO EDUCATIVO, 2009).

Na realidade a entrada em campo foi algo muito tranquilo e com algumas dificuldades, pois a pesquisadora trabalha na instituição há 06 anos, a mesma entrou em contato com a coordenação para a autorização da pesquisa no primeiro momento, após autorização, foi ter uma conversa informal com as/os professores/as para informar sobre a pesquisa e entregar o questionário. Por terem uma relação de amizade teve dificuldades em receber a devolutiva dos questionários, tendo que conversar novamente com os/as professores/as e explicar que os dados coletados na instituição não seriam divulgados, respeitando a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, usando nomes fictícios, enfim as/os professoras devolveram os questionários, mas somente um/a deles/as entregou pessoalmente, o/a outro/a enviou as respostas por e-mail.

Algumas crianças já reconheciam a pesquisadora, mas nunca tiveram contato em sala de aula, sendo que a inserção foi tranquila. Referente a horários e espaços na instituição, a pesquisadora não teve problemas, pois reconhecia o ambiente escolar acompanhando a turma do Pré II em outros ambientes da instituição.

Em relação aos procedimentos de coleta, consistiu na observação com duração de 05 horas semanais durante o período vespertino, para que a pesquisadora pudesse observar as crianças em situações de resolução dos conflitos, e ainda a relação mediadora dessas situações. As observações do contexto escolar foram registradas em um caderno que se convencionou chamar de “diário de campo”. O diário funcionou como um interlocutor valioso. Já ali começava a análise dos dados.

Foram envolvidos procedimentos de observação participante. Segundo Valladares (2007, p.303), “A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa”.

Quando entrei na sala do Pré II para a minha primeira observação, me apresentei para os/as crianças, muitos deles já me conheciam da escola, sabem que eu sou professora do Pré, então disse que estava fazendo uma pesquisa para pós-graduação e ia ficar observando eles/as.

Sentei no fundo da sala, no tapete, quando as crianças estavam terminando uma atividade de pintura. O Pré II têm 10 meninas e 6 meninos, a minha primeira impressão observando eles na atividade é de uma turma calma e concentrada, não falavam muito. Somente a Professora Titular falava e passava nas mesas orientando e elogiando a pintura. A Professora Assistente estava recortando. A Professora disse que quem terminasse a atividade poderia brincar um pouquinho até

que ela organizasse a próxima atividade. Então as crianças foram ao meu encontro, algumas meninas perguntaram:

Ana: Porque tu tá aqui na nossa sala?

Bia: Tia, tu vai ficar com a gente pra sempre?

E eu respondia que não, que eu estava só olhando elas, que eu ia fazer um trabalho...

E novamente indagou-me:

Bia: Tu vai contar pra minha mãe o que a gente faz aqui?

Eu respondi que não.

Bia: Ah ta!

(Diário de campo, 01/04/2014).

Trago esse fragmento do diário de campo, pois isso me chamou atenção, porque as crianças estariam preocupadas com a minha presença, se eu ficaria na sala (para sempre) até o final do ano letivo? Porque estariam preocupadas com o fato de eu estar observando e registrando? Pelo fato de contar para os pais o que elas estariam fazendo ali? Seria por medo? Ou simplesmente curiosidade? E se eu estivesse filmando? Ou fotografando? Seria correto expô-las? A estudiosa Kramer (2002, p.42), colabora:

Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a ideia central é a de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção. Elas gostam de aparecer, de ser reconhecidas, mas é correto expô-las?

Partindo dessa concepção, a estudiosa ainda ressalta que:

No caso das fotografias de crianças, há que se perguntar: quem autoriza a participação, o nome, a gravação? Quem autoriza a utilização de fotografias? Sabemos que é o adulto, e concordamos que é necessário que assim seja mais uma vez para proteger as crianças, para evitar que suas imagens sejam exploradas, mal-usadas. Mas, se a autorização quem dá é o adulto, e não a criança cabe indagar mais uma vez: ela é sujeito da pesquisa? Autoria se relaciona à autorização, à autoridade e à autonomia. (p.53)

Por ser uma escola privada, raramente acontecem estágios, pesquisas e observações por acadêmicos/as, no entanto a pesquisadora por ser funcionária da instituição foi autorizada a observar as crianças e entregar os questionários para as/os professoras/es, mas não foi autorizada a tirar fotografias ou filmar as crianças em situações de conflitos por questão legal da instituição e também por opção da pesquisadora que concorda com os estudiosos acima citados.

Sendo assim, a análise do material de campo, bem como as entrevistas foram organizados a partir da categorização a *posteriori*, ou seja, a sistematização foi organizada a

partir dos objetivos, onde se cruzou fragmentos das entrevistas com registros de diários de campo. Os dados coletados, através do registro de observações foram transcritos e sistematizados a partir de uma tabela, e organizado em tópicos para identificar a origem dos conflitos, se era pela disputa de brinquedos ou pela disputa de poder entre as crianças e como eram mediados pelas/os professoras/as. De maneira geral, a instituição colaborou para a realização da pesquisa.

3.3 Análise e discussão dos dados

Este capítulo tem por objetivo apresentar, analisar e discutir os dados coletados da pesquisa, por meio de um questionário com perguntas abertas, com duas (02) Professoras do Pré Escolar II e por meio de observação participante da prática pedagógica das professoras entrevistadas com o foco nas relações estabelecidas entre as crianças.

Os dados foram organizados por categorias, agrupando-se os de acordo com questionamentos realizados no questionário, fazendo o contraponto com os dados da observação e com os/as autores/as apresentados na fundamentação teórica deste trabalho. O que se buscou foram pontos de intersecção e as contradições nas questões discutidas em cada categoria.

Reportando-se aos objetivos deste estudo, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise:

CATEGORIA A - MEDIAÇÃO - esta categoria aborda qual o entendimento dos sujeitos pesquisados sobre mediação e como se dá esse processo nos espaços da Educação Infantil em situações de conflito entre as crianças.

CATEGORIA B – CONFLITOS - esta categoria pretende verificar como os professores concebem e mediam os conflitos que acontecem nos espaços da Educação Infantil.

CATEGORIA A – MEDIAÇÃO

Esta categoria ressalta a importância do papel do/a professor/a como mediador/a, que tem como objetivo intencionalmente contribuir no desenvolvimento e na aprendizagem da criança durante suas relações com os pares. Aprendizagem aqui compreendida como um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano, ou seja, o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado meio, a partir da interação com ele (REGO, 1995).

O/a professor/a e os colegas, com maior experiência, são os principais mediadores na Instituição de Educação Infantil. Querendo conhecer qual o conceito de mediação que permeia as práticas pedagógicas da escola pesquisada, questionaram-se os sujeitos pesquisados sobre o que entendiam por mediação e eles/as assim se manifestaram:

Ana: Mediação é uma forma de orientar, uma forma de lidar com os conflitos. O mediador ou a mediadora se torna responsável por uma boa comunicação entre as pessoas, ficando responsável assim, pelas resoluções dos problemas que possam vir a acontecer em um ambiente escolar.

Iara: Mediação é um ato que auxilia na aprendizagem, pois na sala de aula o educador tem a responsabilidade de mediar o conhecimento aos seus alunos, desta forma fazendo com que os educandos aprendam.

Refletindo sobre as respostas das professoras Ana e Iara, o/a professor/a que trabalha com mediação pedagógica é aquele que se coloca como um facilitador/a, um motivador/a da aprendizagem, que ativamente colabora para que a criança alcance seus objetivos. A mesma apresenta um olhar importante sobre mediação, ao passo que afirma a existência do diálogo que é fundamental. Porém, acredito que em algumas situações o/a professor/a é responsável pelas resoluções de problemas entre as crianças, mas em outras, ele/a pode dar oportunidade ou estratégias para que a criança possa resolver sozinha. É preciso que a criança tenha a oportunidade de participar de elaboração de regras, que possa discutir estabelecer relações, tomar decisões e assumir pequenas responsabilidades. (VINHA, 1999).

Observando a turma do Pré II, percebeu-se que as crianças são mediadas pelas professoras, e as mesmas tendem resolver as situações conflituosas para que o problema não volte acontecer. Na sequência trago um registro de campo, para pensarmos nessas mediações:

Estava tudo tranquilo até que Adriano tentou tirar o carrinho (bombeiro) de Gustavo, e começou a disputa, os dois puxavam o brinquedo com muita força, até que Gustavo mordeu o braço de Adriano e o mesmo começou a chorar. A Professora estava observando a disputa e quando se aproximou não deu tempo de impedir que Gustavo mordesse o colega. Ela falou que não gostou nenhum pouco da atitude de Gustavo, e perguntou se ele gostaria que o colega o mordesse. Ele balançou a cabeça fazendo sinal que não. A professora então pegou o carrinho e colocou em cima do armário e disse que tinha terminado a brincadeira. Chamou a turma para que guardassem os brinquedos e que iria dar início as atividades. (Diário de campo, 04/04/2014).

No momento em que a professora retira o brinquedo para que o conflito seja extinto, o que ela ensina? As crianças apreendem que com o conflito não terão o objeto desejado? E ainda, essa prática pode ser observada em muitas outras instituições e orientações pedagógicas, os quais revelam a autoridade do/a professor/a na decisão do que fazer com o brinquedo desejado. Essa relação de poder instituída por vezes pode parecer-nos no primeiro instante algo punitivo, no entanto, pode ser pensado como um ato que pode gerar intencionalmente nas crianças a necessidade de lidar com a falta/frustração, bem como que o conflito por brinquedos não poderá mais acontecer.

De acordo com as premissas de Oliveira (1992) apresenta que uma educação que propõe o crescimento sócio-histórico precisa entender o sujeito como um ser humano social, que aprende e se desenvolve por meio das interações sociais. Sendo assim, é por intermédio das relações com o outro que o sujeito adquire novas formas de pensar e agir e, assim apropriar-se de novos conhecimentos. Sendo assim, faz-se necessário os/as professores/as refletirem sobre suas ações perante as crianças. Caso os encaminhamentos não estejam dando certo, abrem-se possibilidades para a “flexibilização”.

Essa flexibilidade; a adequação as necessidades particulares de cada grupo; a participação ativa dos integrantes do mesmo na sua elaboração; a regularidade o seu cumprimento por parte de todos que integram, são alguns dos princípios que regem as regras. O professor precisa compreender que as regras devem auxiliar na construção de um lugar feliz, portanto, não deve elaborar normas desnecessárias (supérfluas) ou descabidas. (VINHA, 2000, p.246).

Isto posto, é importante que os/as professores/as questionem sobre as regras estabelecidas na sala de aula, pois essas regras devem ser avaliadas, reavaliadas e muitas vezes reelaboradas.

Vinha (2000, p.241) apresenta ainda que “as crianças por serem heterônomas, precisam de regras vindas de seus professores, que não podem se esquivar da tarefa de colocar os limites necessários para que elas se desenvolvam bem e consigam se situar no mundo”.

Partindo deste eixo, vivenciar situações que possibilitem o desenvolvimento da autonomia é necessário na educação infantil. Cabe, aqui, ressaltar que o professor pode abranger condições de colaborar para o desenvolvimento da autonomia se tiver condições de perceber a criança como sujeito.

Para tanto, constatou-se que não há participação das crianças no processo de construção de regras da turma do Pré II, as regras foram colocadas na parede pela/o professor/a e ali fixadas. Seria interessante chamar as crianças e conversar sobre o que elas acham das regras e normas e quais seriam essas regras? Se elas concordam ou discordam? Também explicar para as crianças que algumas das regras são indiscutíveis para haver uma boa convivência.

Existem determinadas regras e normas que não podem ser negociadas como, por exemplo, a norma da boa saúde: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, entre outras, são regras que não devem ser combinadas, mas sim, executadas, pois são necessárias. Como também as regras de boa educação, que ensinam não agredir fisicamente o colega, as crianças aprendem a conviver e a respeitar o próximo. Outro exemplo seriam as regras de bom estudo, em que a criança não pode, simplesmente, optar por abandonar a escola, pois estudar é um dever. Segundo (Macedo apud Vinha, 2000, p.248), “Regras de boa saúde, bom estudo, boa convivência social, são obrigatórias na medida que valorizam o ideal de uma função. Mas, se interpretarmos como um simples combinado [...] confunde tanto as crianças quanto aos adultos.

Portanto, essas regras não negociáveis podem ser refletidas e explicitadas quando forem necessárias. É muito importante o/a professor/a apresentá-las não como imposição para a criança, mas pelo convencimento por meio do diálogo.

Querendo conhecer como eram mediadas as questões que envolviam conflitos entre os pares, elas assim se manifestaram:

Ana: Quando os conflitos surgem, a mediação do professor é essencial. Pois mediar é um processo orientado a conferir às pessoas

nele envolvidas a autoria de suas próprias decisões, convidando-as a reflexão e ampliando alternativas para a resolução de problemas. Por exemplo: Quando uma criança não empresta seu brinquedo à outra. O professor tem que orientar esse aluno, apontando alternativas para que esta criança perceba que emprestar o brinquedo é legal, desta maneira a criança irá aumentar seu leque de amizades e terá a oportunidade de trocar o brinquedo.

Iara: Sabemos que no dia a dia de uma sala de aula encontramos vários conflitos, sendo necessário a intervenção do educador para resolvê-los, mas na minha prática busco dar autonomia para que os mesmos tentem resolver sozinhos, caso não haja solução tento mediar junto a eles qual a melhor maneira que podemos encontrar para resolver.

Diante das respostas das professoras sobre mediação, percebeu-se um certo paradoxo em relação a essas mediações. O/a professor/a mediador, em situações de conflito, tem um desafio a lidar, como explicitam as narrativas das professoras. Ao mesmo tempo percebe a necessidade de autonomia das crianças na resolução de conflitos, sente necessidade de mediar/intervir/prescrever direções. Ao mediar essas situações, o/a professor/a pode intervir explicando para ambas as partes de que forma eles podem se entender, auxiliando a criança se expressar, incentivando o diálogo, a reflexão, propondo sugestões, entre outros. É importante que o/a professor/a promova o sentimento de amizade, simpatia, e auxílio mútuo entre as crianças. VINHA (2000, p.351).

Na observação, quando me dirigi à sala do Pré II, a sala estava fechada, havia um bilhete na porta indicando que as crianças se encontravam no parque da escola. Na sequência trago um registro de campo, para pensarmos nessas mediações:

Chegando lá, as crianças estavam brincando, alguns de pega-pega, outros no balanço, as meninas faziam bolo na areia, outros pulavam na ponte. A Professora Titular foi fazer o lanche, enquanto a Professora Auxiliar cuidava deles. De repente, Fernanda vai chorando em direção a Professora Auxiliar, coberta de areia, diz que Bernardo jogou areia nela por querer.

Fernanda: O Bernardo jogou areia em mim!

Professora Auxiliar: O que você fez pra ele?

Fernanda: Nada!

Professora Auxiliar: Deixa que eu vou pegar ele! Vai lá no banheiro se lavar.

Professora Auxiliar: Grita Bernardo vem aqui!

Bernardo estava escondido na casinha.

Professora Auxiliar: Eu vou aí te buscar!

Bernardo saiu da casinha e veio a encontro da Professora Auxiliar.

Bernardo: O que foi?

Professora Auxiliar: Eu é que te pergunto? Porque você jogou areia na Fernanda?

Bernardo: Não joguei!

Professora Auxiliar: Ah é, não jogou? Pede desculpa pra ela e senta lá no banco até a Professora voltar.

E Bernardo ficou sentado até a Professora voltar do lanche. Quando a Professora voltou, a Professora Auxiliar contou o que tinha acontecido e a Professora falou para Bernardo que é feio mentir e não pode jogar areia nas amigas, se pegar no olho, tem que ir para hospital! É muito perigoso! Não faz mais isso! (Diário de campo, 03/04/2014).

Em certas ocasiões, o conflito é gerado para que a criança possa entrar na brincadeira do amigo, ela usa essa situação conflituosa como um meio de socialização, ou seja, um modo de interagir com o outro. Observei também que Bernardo ficou muito envergonhado com a situação e as ameaças. Vinha (2000, p.155), “a criança irá associando a vergonha a um juízo de valor que fará de si própria”.

De acordo com o referencial teórico apresentado nesta pesquisa, as autoras Silva e Lucas (2003) defendem que, na teoria histórico-cultural, o professor torna-se o agente mediador do processo de ensino-aprendizagem. É aquele que propõe às crianças desafios e orientação para resolvê-los. O/a professor/a, por meio da mediação, pode contribuir para o fortalecimento de funções que ainda não estão consolidadas, e para o desenvolvimento de outras. Para tanto, a mediação na educação infantil esta presente a todo momento, seja no que a professora fala, no olhar, no gesto, ou no tom da sua fala e isso nos revela do ponto de vista do processo de humanização que Vigotski aponta, no que se refere a sociabilidade humana seria constantemente mediado e transformado pelas relações entre a criança e o ambiente social.

Foi solicitado que as professoras descrevessem algumas cenas pelas quais os conflitos surgem, elas assim se manifestaram:

Ana: *Dia do brinquedo:* brinquedos que as crianças trazem de casa para a escola, e não querem dividir com os colegas, ou não emprestam por medo do colega estragar.

Brinquedos da sala: Os conflitos surgem, pois algumas crianças não dividem com os demais colegas, que também querem brincar com o mesmo brinquedo que tem na sala de aula.

Iara: A grande disputa pela liderança é um conflito diário, quando ambos querem comandar as brincadeiras estipulando regras, sendo

que outros não aceitam aquelas mesmas regras. Dando início ao grande conflito.

Referente às falas dos/as professores/as o dia do brinquedo é realmente um problema, um dia de muitos conflitos. Mas porque estabelecer um dia da semana para o brinquedo se todos os dias as crianças brincam?

Na observação percebi que as crianças brincavam no tapete, ao fundo da sala, com os brinquedos que trouxeram de casa, uns trocavam brinquedos, outros não queriam emprestar. Alguns nem queriam saber do brinquedo e montavam peças de lego e jogos de quebra-cabeça que já havia na sala. Mas naquela tarde não houve situações de disputa entre as crianças para liderar as brincadeiras.

O conflito sempre existirá, à medida que as crianças vão convivendo mais e interagindo umas com as outras aumentam as divergências, o que irá fazer diferença é a maneira como os problemas são enfrentados.(VINHA, 2000)

Para tanto, a existência de conflitos na sociedade, embora ainda encarada por muitos, como negativa, deve ser considerada como importante para o desenvolvimento do ser humano. É por meio da experiência da resolução desses conflitos que surgem oportunidades para que as crianças apreendam a lidar com as regras, princípios, sentimentos de amizade e de solidariedade, frustrações, limites, perdas, desenvolvendo assim aprendizagens diversas.

No entanto, questionou-se a professora o que caracteriza o conflito entre as crianças, e ela assim se manifestou:

Professora Ana: Geralmente as crianças brigam mais por causa dos brinquedos. Pelo amigo não querer emprestar seu brinquedo de casa, ou não querer dividir o brinquedo disponível que tem na sala de aula.

Professora Iara: Os brinquedos.

Na observação, quando entrei na sala do Pré II as crianças estavam se preparando para ir à brinquedoteca procurar a vogal “O” que estava perdida lá”. A professora pediu para que fizessem fila e rapidamente as meninas e os meninos saíram agitados pelo corredor. Os meninos conversavam bastante e falavam que iriam encontrar a letra “O” primeiro. Abaixo segue registros do diário de campo, no que se refere também à observação participativa:

Chegando à brinquedoteca começaram um empurra-empurra para entrar na sala. A professora falou:

- Podem parar de empurrar, senão vão voltar pra sala!

Referente a esta fala, Vinha (2000, p.153), colabora com seus estudos quando ressalta que o professor não deve esperar uma classe de crianças caladas e comportadas. Quem trabalha com educação sabe que isso só funciona com a criança que tem medo do adulto.

Os alunos se ajeitaram na fila.

A professora pediu para que as crianças procurassem em todos os lugares, pois a letrinha “O” era muito esperta. E saiu rapidamente da sala para ir ao banheiro e pediu para que eu cuidasse da turma.

As crianças estavam eufóricas procurando em todos os lugares.

Até que João e Marcos decidiram olhar embaixo da mesa e encontraram a letra!

Só que os dois encontraram juntos, e começaram a puxar a letra de e.v.a e a rasgaram.

João começou a chorar e Marcos disse que não foi ele que rasgou. Então João deu um empurrão em Marcos e o chamou de mentiroso. Foi então que eu fiz a intervenção.

Pedi para o restante da turma brincar um pouquinho até a Professora chegar e chamei os dois para conversarem.

Sentei no chão com os dois e expliquei que os dois encontraram juntos, e por isso não precisavam disputar a letra daquela maneira, puxando até rasgar. E perguntei qual seria a melhor forma de resolver o problema?

Marcos: Ele tinha que dá pra mim!

Eu: Por quê?

Marcos: Porque sim!

Eu: Mas ele também encontrou, no mesmo momento que você.

João: Acho que a gente tinha que pegar junto.

Eu: Ou, um de vocês pegar a letra e entregar para Professora e também falar que foram os dois. Precisavam rasgar?

Marcos e João: Não!

Eu: Então, agora eu vou colar a letra com fita e vocês entregam para Professora, tá?

Os meninos concordaram, então passei uma fita crepe na letra “O”. E assim que a Professora deles voltou, eles saíram correndo e falaram que tinham encontrado. Depois descrevi o fato para a Professora.

As crianças brincaram mais um pouco, as meninas estavam mais unidas neste dia, estavam brincando de fazer comidinha, uma era a mamãe e as outras; as filhas, cachorros e depois foram para sala fazer a atividade da letra “O”.

Os conflitos acontecem e sempre acontecerão nos espaços da Instituição de Educação Infantil, visto que as crianças, são sujeitos sócio históricos, trarão para o contexto da Instituição jeitos diferentes de pensar e entender as coisas. É também nesses espaços que as crianças têm possibilidades de conviverem com o coletivo, com as diferenças, com olhares e modos de pensar que se diferenciam. Para tanto, a mediação dos conflitos deve ser contínua e

permanente.(VINHA, 2000). Na observação, percebeu-se que as crianças ficaram entusiasmadas com a intervenção da pesquisadora e compreenderam de fato o que seria melhor a fazer naquele momento.

O que pude perceber, é que a maioria das vezes a situação conflituosa é mediada pelo/a Professor/a, ou algum adulto presente, também fiquei questionando porque as crianças tem que andar em fila, calados e comportados?

Seria interessante deixar a criança resolver os próprios conflitos ou desavenças com seus colegas ressaltando a importância do diálogo, para que as mesmas possam desenvolver sua autonomia.

A autonomia acontece por meio da conquista e é resultante de uma construção a partir de vivências que oportunizem a tomada de decisões e da experimentação da própria liberdade. Ele afirma que ninguém nasce autônomo, mas que cada um vai construindo sua autonomia por meio das relações interpessoais que ocorrem todo tempo, na complexidade que norteia a vida do ser humano. (FREIRE, 2006).

Contudo, questionou-se quem media os conflitos que acontecem entre as crianças?

Professora Ana: Quem presencia o conflito. Mas quem tem a função de mediar é o Professor, pois o professor tem muito contato com o aluno, é muito raro quando outra pessoa supervisiona as crianças.

Professora Iara: Na maioria das vezes tento fazer com que eles resolvam, mas mesmo assim há conflitos que é necessário a minha mediação.

Constatada a existência de conflitos, questionou-se quais as estratégias utilizadas para diminuir os conflitos que acontecem entre as crianças?

Professora Ana: Orientar, mostrar o melhor caminho para resolução do conflito. Diálogo é essencial. Ouvir ambos os lados para poder tomar a decisão certa.

Professora Iara: A conversa é sempre uma solução, conversamos em grupo estabelecemos regras juntos para um bom convívio. Utilizamos muito a frase “Não devemos fazer aos outros o que não gostaríamos que fizessem conosco.” Fazendo que compreendam o respeito pelo próximo.

De acordo com as falas das professoras em relação ao conversar com a criança, o diálogo e o saber escutar são fundamentais.

Segundo as concepções fundamentais da educação cristã, “no que diz realização desde a vocação fundamental, a pessoa humana se descobre como ser original, irrepetível, com capacidade crítica e transformadora”. (PROJETO EDUCATIVO, 2011, PÁG.11).

A pessoa humana é um ser de relações que se constrói na comunhão com o mundo, com os outros e com Deus. Segundo o perfil da disciplina:

- a) Faz entender que o saber exige esforço e dedicação;
- b) É necessária para atingir um fazer pedagógico;
- c) Vai além das manifestações de “maus comportamentos dos alunos”.
- d) É respeito às normas gerais de convivência.
- e) Corrige com firmeza o erro, sem deixar de usar a doçura que aponta para acertos, executando sanções disciplinares próprias da Escola.
- f) Leva o educador a manter a turma sempre ocupada com atividades educacionais, pois o ócio é o pai de todos os vícios.

Contudo, são muitas questões para pensarmos e discutirmos o que realmente nessas regras estabelecidas pela instituição são necessárias no espaço de educação infantil.

Já na observação, os alunos brincavam livremente, logo notei que os meninos e as meninas corriam de uma goleira a outra, eles brincavam de pega-pega. Segue abaixo diário de campo, para pensarmos:

De repente Júlia veio ao encontro da professora e disse que o menino tinha empurrado ela.
 A Professora chamou Eduardo e colocou-o sentado no banco do lado de fora da quadra.
 Acalmou a menina e mandou ela voltar para quadra, dando início a uma brincadeira de queimada.
 Então, não me aguentei e sentei ao lado dele e perguntei por que ele tinha empurrado ela?
 Ele me respondeu que não empurrou a Júlia, que ele tinha pegado ela, mas ela chorou.
 Assim que a Professora organizou os times, chamou Eduardo para voltar para quadra.
 Fiquei ali assistindo o jogo, as crianças se divertiam com a brincadeira.

Ao mediar essas situações, o professor/a deve intervir explicando para ambas as partes de que forma eles podem se entender, auxiliando a criança a se expressar, incentivando o diálogo, a reflexão, propondo sugestões, entre outros. “É importante que o professor

promova o sentimento de amizade, simpatia e auxílio mútuo entre as crianças”. (VINHA, 2000, p.351)

Querendo saber se a resolução dos conflitos que aconteciam na Instituição de Educação Infantil, gera aprendizagem para as crianças? As mesmas assim se manifestaram:

Professora Ana: Sim, quando o problema é resolvido, as partes envolvidas têm noção do que aconteceu, fazendo assim que pensem melhor antes de cometerem o mesmo erro.

É com o erro que aprendemos, é com a crítica que crescemos, com as crianças acontece da mesma forma. Pelo menos penso assim.

Em relação às respostas das professoras, e em sintonia com o referencial teórico desta pesquisa, a contribuição de Vinha (1999), alerta para as atitudes autoritárias por parte do adulto em relação à criança, no sentido de impedir que a mesma faça escolhas, a perceber e a refletir sobre as situações vividas no dia a dia. Para tanto, nem sempre gera aprendizagem para criança se o/a professor/a resolver os problemas por ela. Mas é possível sim, as crianças exercerem a prática de resolverem seus próprios conflitos através do diálogo e aprenderem com os erros cometidos, pois conforme a fala da Professora:

Professora Iara: Sim. Pois aprendizagem se dá a todo momento, no instante que eles consigam resolver seus próprios conflitos sabemos que essa aprendizagem será utilizada além dos muros da escola.

Naquela tarde a turma do Pré II A tinha aula de religião, foram à capela da escola, juntamente com as turmas do Pré II B e C. Chegando lá as Professoras Titulares e Assistentes organizaram as crianças nos bancos para contar uma história sobre a família, dando ênfase na sua importância. Ao organizar os alunos, observei que alguns meninos do Pré II se sentaram no fundo da capela e começaram a rir e a brincar, a Professora Auxiliar viu e mandou os mesmos sentarem-se na frente, mas eles não obedeceram. Então a Professora Titular foi até o fundo buscá-los e colocou-os sentados bem na frente.

Enquanto a Professora contava a história sobre a família, algumas crianças prestavam atenção, outras brincavam “escondidas” nos bancos, e também conversavam bem baixo sobre brinquedos que haviam trazido, pois sexta-feira é o dia do brinquedo.

Percebeu-se então que as crianças se comportam de acordo com seus conhecimentos, ou seja, seu meio onde vivem, através das interações com os demais, bem como nas instituições educativas, como a escola, famílias e religião. (BORBA, 2005). Contudo, para as crianças, todo o lugar é sinônimo de brincadeira. Com relação às falas das professoras, as crianças aprendem com o erro, elas aprendem com os conflitos também.

Sendo assim, gerar a aprendizagem utilizando situações de conflito, mediando-os corretamente, por meio do diálogo, do respeito, da reciprocidade, valorizando os erros e os acertos entre os sujeitos envolvidos no processo são fundamentais. O importante é manter-se alerta, questionando-se constantemente, refletindo sobre as atitudes adotadas, problematizando se haveria outra maneira de agir.

4 CONCLUSÃO

A Instituição de Educação Infantil é vista como um local privilegiado de interação social, e por meio dela ocorrem relações entre os sujeitos, envolvendo crianças e adultos. Neste sentido, os conflitos estão presentes, pois o espaço educativo é permeado por retirar diferenças, tensões, trocas, amizades, entre outros.

Diante deste contexto, a pesquisa abordou como tema: “A mediação do/a professor/a na Educação infantil: situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos”. A referida pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: qual a forma que o professor/a de educação infantil media situações de conflitos entre crianças de 4 a 5 anos?

Verificou-se que mediar os conflitos é um desafio para muitos professores. É necessário o diálogo, o respeito, a solidariedade, a igualdade e ainda, que compreendam que os conflitos sempre existiram e existirão e que fazem parte das relações humanas.

Por meio da pesquisa realizada em uma escola privada, buscou-se o conceito de mediação dentro de uma perspectiva histórico cultural, fazendo relações com a prática pedagógica vivenciada na escola. Constatou-se, por meio de entrevistas, da observação da prática dos/as professores/as que este conceito ainda está em processo de apropriação. A concepção sócio histórica considera todos capazes de aprender por meio da interação, em que o papel do professor é o de agente mediador no processo educativo, ou seja, orientando, organizando e interferindo no desenvolvimento da criança.

Constatou-se, durante a pesquisa, que de certa forma a escola garante a autonomia das crianças, sendo pressupostos da proposta pedagógica a participação de todos os

envolvidos para o desenvolvimento da mesma com fundamental importância. Contudo, mediante as observações pudemos compreender que o conceito de autonomia parece nos trazer mais desafios para o cotidiano, pois o desenvolvimento da autonomia se concretiza por meio de vivências com o outro, a partir das relações não autoritárias, em que o meio dê oportunidades para as crianças posicionarem-se frente a determinadas situações, tomando pequenas decisões.

Geralmente, é o/a professor/a o/a responsável pela resolução de conflitos entre os pares, mas cabe aqui ressaltar que os/as professores/as demonstraram que a resolução dos conflitos poderá acontecer de modo não autoritário, mas com autoridade e por meio do diálogo. O/a professor/a nos deu pistas de que é importante refletir para um agir cooperativo, descentrado e flexível, oportunizando as crianças também, a sua manifestação, a ponto de juntos, encontrarem os melhores encaminhamentos para a resolução dos conflitos diários que acontecem na Instituição de Educação Infantil.

Verificou-se que os conflitos apresentam diferentes características e surgem diferentes sentimentos, percebendo-se, assim, a importância dos/das professores/as saberem trabalhar com essa complexidade.

Constatou-se que a entrada em campo foi algo muito tranquilo, mas também com algumas dificuldades, por existir uma relação de amizade muito próxima com os/as professores/as a pesquisadora não recebeu a devolutiva dos questionários nos prazos combinados. Percebeu-se certa resistência por partes deles/as com relação à entrega desses dados, então a pesquisadora precisou reuni-los e explicar que os dados coletados na instituição não seriam divulgados, respeitando a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, usando nomes fictícios. Enfim, as/os professores/as devolveram os questionários, mas somente um/a deles/as entregou pessoalmente, o/a outro/a enviou as respostas por e-mail, ainda com receio de que fosse entregue seu questionário para a coordenação da escola.

Conclui-se que, para gerar aprendizagem na resolução de conflitos que acontecem no cotidiano das instituições de educação infantil, é essencial que os/as professores/as entendam que os conflitos não lhes pertencem, mas cabem aos envolvidos resolvê-los. Todavia, o fato de as crianças terem de resolver os problemas não significa deixá-las sem qualquer orientação sobre formas de resolução, mas que sejam mediados.

Portanto, os/as professores/as atuantes na educação infantil têm a oportunidade de contribuir valiosamente para o desenvolvimento da autonomia das crianças.

Suas práticas educativas devem permitir que as crianças vivenciem em relações sociais e educar para a resolução de conflitos, organizando e efetivando formas de

convivência, construindo um espaço para que se coloquem, em prática, conhecimentos relativos à aprendizagem da resolução dos conflitos. Sendo assim, as respostas analisadas e evidenciadas nessa pesquisa não autorizam um ponto final nas reflexões realizadas. Então faz-se um convite para reflexões futuras. É necessário construir novos olhares para que a Instituição de Educação Infantil torne-se realmente melhor.

REFERÊNCIAS

BACK, Maria Zoleide. **Olhares de crianças sobre o espaço escolares e os processos educativos**. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2010. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00004B/00004B0D.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução n. 5, de 17/12/2009, Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323>. Acesso em: 05 ago. 2011

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.146p.

CASTRO, Lucia Rabello de. Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (org.). **Acriança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar. São Paulo: Editora Biruta, 2002.

CHRISPINO, Alvaro e SANTOS, Tais Conceição dos. **Política de ensino para a prevenção da violência: técnicas de ensino que podem contribuir para a diminuição da violência escolar**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 57-80, jan./mar. 2011

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

GALVÃO, Isabel. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento Infantil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAMER, Sônia **AUTORIA E AUTORIZAÇÃO: QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA COM CRIANÇAS** -Cadernos de Pesquisa, n. 116, p 41 a 59 julho/ 2002

LEONARDI, Eleodora Dos Santos. **A Resolução dos conflitos sociomoraís e suas implicações na construção da autonomia moral dos alunos**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento do Centro de Educação, Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em:

<http://coralx.ufsm.br/ppge/diss_-eleodora08.pdf>. Acesso em: 19 set. 2011.

MOUSINHO, Renata et al . Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 27, n. 82, 2010 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 abr. 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Temas em debate Vygotsky: alguns equívocos na interpretação de seu pensamento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 67-74, maio 1992.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. In: OSTETTO, Luciana. (Org.) **Educação Infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP. Papirus, 2008. P. 13-23.

PINTO, M; SARMENTO, M. J. (coord) As crianças: contextos e identidades. Braga, Portugal: Centro de estudos da criança, 1997.

PRESTES, Zoia. A sociologia da infância e a teoria histórico-cultural: algumas considerações • p. 299 R. Educ. Públ. Cuiabá v. 22 n. 49/1 p. 295-304 maio/ago. 2013 (artigo)

PROJETO EDUCATIVO, Rede de Colégios Murialdo – Congregação de São José. 2011. Caxias do Sul/RS.36 p.

REGO, Cristina Teresa. **Vygotsky**: Uma Perspectiva Histórico Cultural da Educação. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes,1995.

SANTOS, Mayanna Auxiliadora Martins. O encontro entre crianças e seus pares na escola: entre visibilidades e possibilidades. 2009 (Dissertação)

SILVA, Sílvia Mara da; LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **A importância das interações sociais na educação infantil**: um caminho para Compreender o processo de aprendizagem, 2003. In: Encontro Paranaense de Psicopedagogia (ABPppr), I. Disponível em: <www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a15Silva03.pdf> Acesso em: 25 jul. 2011.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

VINHA, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista.

Revista do Cogeime, São Paulo, n. 14, p.15-37, jun. 1999. Disponível em:

<www.cogeime.org.br/download?arquivo=cap0214.pdf>. Acesso em: 04 set. 2011.

WIGGERS, V. Currículo na Educação Infantil. In: FLÔR, D. C. e DURLI, Z. (Org.). *Educação Infantil e formação de professores*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 79-95.

APÊNDICE A – Questionário

Nome:

Nível de escolaridade:

Trajetória Profissional:

- 1- O que você entende por mediação?

- 2- Como você media os conflitos que acontecem entre os pares? Exemplifique.

- 3- Por gentileza, tente descrever algumas cenas do cotidiano pelas quais os conflitos surgem.

- 4- O que caracteriza o conflito entre as crianças?

- 5- Na sua percepção, quais os conflitos que acontecem com maior frequência entre as crianças?

- 6- Quem media os conflitos que acontecem entre as crianças?

- 7- Quais estratégias utilizadas por você para diminuir os conflitos que acontecem entre as crianças?

8- A resolução dos conflitos que acontecem gera aprendizagem para as crianças?